

Como se Defender de Práticas Empresariais Prejudiciais

Como registrar uma reclamação usando as Diretrizes da OCDE: cartilha informativa para Povos Indígenas

Povos Indígenas do mundo todo são cada vez mais afetados por atividades empresariais, como mineração, agricultura, infraestrutura e extração de madeira. Esses projetos geralmente causam danos ao meio ambiente e violam os direitos dos Povos Indígenas.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) oferece um sistema extrajudicial de reclamações que permite às comunidades apresentarem suas preocupações quando sofrem danos causados por empresas.

Este folheto responde a perguntas-chave para ajudá-lo a entender como o sistema de denúncias funciona e como sua comunidade pode utilizá-lo para defender seus direitos e territórios.

O que é a OCDE?

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional composta por governos que trabalham juntos para criar políticas e normas voltadas ao crescimento econômico, à sustentabilidade e ao bem-estar social. Foto: No Spiritual Surrender



O que são as Diretrizes da OCDE?

As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável (Diretrizes da OCDE) são recomendações de governos para empresas sobre como agir com responsabilidade. Elas abrangem áreas como direitos humanos, incluindo os direitos dos Povos Indígenas, meio ambiente e mudanças climáticas, corrupção, transparência e tributação. Além dos 38 países-membros da OCDE, 14 países não membros também seguem e promovem as Diretrizes.

Foto: Pexels, VladChetan



Como os governos promovem as Diretrizes?

Os governos que seguem as Diretrizes da OCDE devem estabelecer um **Ponto de Contato Nacional (PCN)** para promover as Diretrizes e processar reclamações contra empresas acusadas de não seguirem as normas.

Foto: Chanda Callao / Peopleofredmountain



O que acontece se empresas multinacionais não respeitarem as Diretrizes?

Se uma empresa multinacional não respeitar as Diretrizes, as partes representantes de Povos Indígenas, comunidades ou organizações poderão registrar uma reclamação junto a um PCN. O PCN ajudará a facilitar um diálogo ou uma mediação para resolver o dano. Não seguir as Diretrizes pode fazer com que a empresa perca a credibilidade, afete a confiança de investidores, fornecedores e parceiros e cause problemas financeiros, como a perda de investidores ou de oportunidades de negócios. Foto: Shutterstock



SIRGE
COALITION
SECURING INDIGENOUS PEOPLES'
RIGHTS IN THE GREEN ECONOMY

voices

Anteriormente Associação
para os Povos Ameaçados

Quais são os pontos fortes e as limitações do sistema de reclamações junto aos PCNs?

> Pontos fortes

Acessível a todas as partes reclamantes: Povos Indígenas, comunidades, pessoas e organizações podem registrar reclamações.

Escopo amplo: abrange todos os setores, modelos de empresas multinacionais e uma ampla gama de questões, muitas vezes indo além do que as leis nacionais abordam.

Amplo alcance geográfico: as Diretrizes podem ser aplicadas a empresas e danos em qualquer lugar do mundo.

Soluções colaborativas: Incentiva o diálogo e o acordo, permitindo resultados que os processos jurídicos típicos podem não oferecer.

> Pontos fracos

Participação voluntária: os processos de PCNs são extrajudiciais e voluntários. Os PCNs podem incentivar, mas não exigir que as empresas participem.

Sem poder de imposição: os resultados não são legalmente vinculantes. Os PCNs não podem obrigar as empresas a tomar providências nem a implementar os resultados.

Desempenho variável: os PCNs têm diferentes estruturas, recursos e níveis de qualidade. Isso significa que as chances de resultados eficientes variam de um país para outro.

Resultados incertos: o sucesso depende fortemente da disposição da empresa em participar. Não há nenhuma garantia de acordos nem de mudanças significativas.

Quais são os possíveis resultados de uma reclamação?



© Denis Sinyakov / Greenpeace

Os resultados de uma reclamação a um PCN podem variar bastante. Em alguns poucos casos, as partes chegam a um acordo e a empresa oferece compensações ou toma providências para evitar danos futuros. No entanto, a grande maioria das reclamações não resulta em um acordo.

Mesmo sem um acordo, uma reclamação bem planejada ainda pode gerar resultados importantes que apoiem sua estratégia geral. Por exemplo:

> O PCN pode emitir uma declaração confirmando a má-conduta da empresa, que pode ser usada para aumentar a **pressão pública e política**.

> A reclamação pode atrair a **atenção pública**, fortalecer as redes da sociedade civil a nível mundial e incentivar outras empresas, governos ou responsáveis pelos processos de tomada de decisão a agir.

> Ela pode **apoiar casos judiciais**, influenciar investidores ou ajudar na defesa de regulamentos mais rigorosos.

Mesmo que a reclamação não resulte em compensações diretas, ela ainda pode estimular mudanças locais ou gerais com o tempo.



Quem pode registrar uma reclamação?

Qualquer pessoa ou organização que tiver interesse na questão, mesmo que tenha sido afetada de maneira direta ou não, pode registrar uma reclamação. Isso inclui pessoas, Povos e comunidades Indígenas, federações, associações, ONGs, trabalhadores ou trabalhadoras ou sindicatos.



Contra quem é possível registrar uma reclamação?

Uma reclamação pode ser registrada contra qualquer empresa multinacional (e mais de uma empresa ao mesmo tempo) vinculada ao dano. Isso inclui não apenas a empresa que está causando o dano diretamente, mas também empresas matrizes, subsidiárias, fornecedores, compradores, investidores, empreendimentos conjuntos ou consultores envolvidos na atividade empresarial. No entanto, a empresa deve ter **operações** ou sua **sede** localizada **em um país que siga as Diretrizes da OCDE**.



Que questões podem ser apresentadas em uma reclamação?

As reclamações devem abordar danos relacionados a qualquer um dos tópicos incluídos nas Diretrizes, como danos ambientais, ameaças a patrimônios culturais ou a inobservância do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). As normas das Diretrizes contemplam a maioria dos danos que resultam de condutas empresariais irresponsáveis.



Onde você pode registrar uma reclamação?

Você pode enviar uma reclamação ao PCN do país em que o dano ocorreu (se esse país seguir as Diretrizes), ao PCN do país em que a sede da empresa está localizada (se esse país seguir as Diretrizes) ou, dependendo da situação, a esses dois PCNs.



Quais são os riscos de registrar uma reclamação?

Registrar uma reclamação pode promover mudanças positivas, mas também envolve alguns riscos. O PCN pode rejeitar o caso ou decidir que a empresa não violou as Diretrizes. Sua comunidade pode enfrentar ameaças ou pressão da empresa ou de outros atores. Além disso, alguns PCNs talvez limitem a realização de campanhas públicas durante o processo. É importante ter em conta esses riscos, decidir se compensa fazer o registro e planejar medidas de segurança e apoio antecipadamente.



Qual é o nível de transparência do processo de reclamações?

A transparência é um elemento essencial para os PCNs de acordo com as Diretrizes da OCDE, que incentivam um diálogo sincero entre as partes e com o público. No entanto, algumas informações, como identidades pessoais, segredos comerciais legítimos e detalhes da mediação que ainda não sejam públicos, normalmente permanecerão confidenciais. Em geral, você pode anunciar que registrou uma reclamação e fornecer atualizações sobre o processo, mas é necessário **seguir as regras de confidencialidade** do PCN. As **campanhas públicas** podem ser uma ferramenta poderosa de divulgação, mas elas devem respeitar essas regras. Planeje suas campanhas desde o início de modo a atender aos requisitos do PCN. O PCN publicará, pelo menos, uma declaração final sobre a reclamação.



Quais são as etapas para registrar uma reclamação?

- 1. Decidir se deve ou não registrar uma reclamação:** avalie se as Diretrizes da OCDE se aplicam ao dano sofrido pela sua comunidade e se o registro de uma reclamação pode ajudar seus objetivos e a estratégia geral.
- 2. Preparar e registrar a reclamação:** junte provas que mostrem o dano e como ele está ligado às empresas envolvidas. Escreva uma reclamação contundente e bem documentada e envie-a para ao PCN relevante, listando todas as partes que você deseja incluir como reclamantes.
- 3. Coordenação (caso seja relevante):** se vários PCNs estiverem envolvidos, eles vão se coordenar para decidir qual deles assumirá a liderança e deverão consultar você sobre suas preferências.
- 4. Fase de avaliação inicial:** o PCN líder analisará a reclamação e decidirá se ela será aceita com base nos critérios básicos de admissibilidade.
- 5. Mediação:** se a reclamação for aceita, o PCN se oferecerá para facilitar o diálogo, geralmente, por meio de uma mediação, a fim de ajudar as partes a chegarem a um acordo.
- 6. Fase de declaração final:** o PCN emitirá uma declaração final resumindo o processo e o resultado, que poderá incluir recomendações ou determinações sobre a empresa ter violado ou não as Diretrizes.
- 7. Fase de acompanhamento:** normalmente, o PCN fará um acompanhamento para monitorar a implementação de quaisquer acordos ou recomendações.

Que medidas podem fortalecer seu caso?

Já que acordos e compensações são resultados raros, apresentar uma reclamação junto a um PCN deve ser visto como **parte de uma estratégia mais ampla de busca por justiça**. Uma reclamação funciona melhor quando é **combinada** com outras ações, como mobilização da mídia, esforços jurídicos e apoio de aliados.

Considere **unir forças com outras comunidades afetadas** para salientar padrões sistêmicos de danos e chamar mais atenção da mídia, investidores e de governos. Busque parcerias com ONGs locais ou internacionais, sindicatos e investidores para fortalecer sua capacidade e influência.

Você também pode **buscar o apoio** de embaixadas e outros representantes governamentais, cientistas, comissões nacionais de direitos humanos, órgãos da ONU e especialistas legais. Antes de agir, pense bem nos seus objetivos de longo prazo e planeje como a denúncia se encaixa em sua estratégia mais ampla de defesa e incidência.

O que os Povos Indígenas devem ter em conta?

Para os Povos Indígenas, o sistema de reclamações da OCDE pode ser uma ferramenta útil, mas ele também apresenta desafios e riscos especiais que exigem uma preparação cuidadosa. Algumas observações importantes são:

- > **Proteção de direitos coletivos:** os Povos Indígenas têm direitos coletivos às suas terras, culturas e modos de vida. Na sua reclamação, explique como o dano afeta a sobrevivência, a identidade e a autodeterminação da sua comunidade como um todo. Lembre-se de que nem todos os governos reconhecem ou compreendem os direitos coletivos;
- > **Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI):** violações do CLPI (quando uma empresa inicia atividades em sua terra sem uma consulta ou consentimento genuíno) constituem um descumprimento das Diretrizes da OCDE *ersetzen durch*: e dos direitos que elas visam proteger. Se os seus direitos a um CLPI não foram respeitados, destaque isso claramente em sua reclamação;
- > **Transparência, idioma e comunicação:** é possível que as empresas ou os PCNs proponham regras de confidencialidade ou limites de comunicação que interfiram na participação da sua comunidade. Elas também podem não atender às suas necessidades linguísticas. Seja claro sobre suas necessidades de idioma e comunicação e evite aceitar restrições que prejudiquem sua capacidade de consultar a comunidade ou fazer campanhas públicas.
- > **Riscos de represálias:** defender sua causa pode levar a retaliações, como ameaças, intimidação ou tentativas de dividir sua comunidade. Avalie esses riscos cuidadosamente, prepare um plano de segurança e considere pedir ao PCN proteções de confidencialidade antes de registrar uma reclamação;
- > **Respeito aos sistemas Indígenas de governança:** o processo de reclamações de PCNs se baseia nos modelos ocidentais para a resolução de disputas, que talvez não estejam alinhados às tradições Indígenas. Peça ao PCN para respeitar seus sistemas de governança, por exemplo, concedendo mais tempo para a tomada coletiva de decisões e consultas com líderes tradicionais. Ao mesmo tempo, ajude sua comunidade a estabelecer expectativas realistas quanto ao nível de justiça ou reconciliação que pode resultar da mediação.

Saiba mais sobre os mecanismos de reclamação dos PCNs:

Para mais detalhes, consulte o manual detalhado: **«Como se Defender dos Impactos Negativos das Empresas: Um Guia Prático ao Sistema de Reclamações da OCDE para Povos Indígenas»**

OECD Watch: Fornece instruções passo a passo, modelos para registrar reclamações, avaliações de desempenho de PCNs e um banco de dados de casos.

Banco de dados de reclamações da OCDE: Oferece acesso a informações sobre todas as reclamações enviadas a PCNs do mundo todo.

